

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

Rua Pinheiro Chagas, 77-2º Esqº

1000 Lisboa

Exmo. Senhor

Dr. Mário Soares

Presidente da República

Excelência,

É do conhecimento público o caso dos quatro estudantes timorenses que se refugiaram na Embaixada da Holanda, em Jacarta, pedindo a intervenção e protecção de Portugal, de modo a que pudessem sair da Indonésia com passaporte português.

A 20 de Outubro, informámos por escrito o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Conselho de Minsitros e a Presidência da República, sobre a ocorrência, alertando-os para a gravidade da mesma.

A 22, a Embaixada da Holanda fez saber que esperava orientações de Lisboa, depois de ter passado aos quatro estudantes um salvo-conduto que lhes permitiu regressar à Universidade Católica, com a promessa de que nada lhes aconteceria e podendo regressar à Embaixada no dia 27.

Até ontem, dia 28, nenhum órgão de soberania português, apesar das várias insistências, quer da CDPM, quer de outras organizações internacionais de direitos humanos, se pronunciou sobre que tipo de acompanhamento estava a ser dado ao assunto, nem sobre as perspectivas de solução a dar a este caso.

O pedido de protecção a Portugal não obteve, pois, resposta. E isto é tão mais grave quanto sabemos que desde ontem, a Embaixada passou a estar cercada de polícias armados, impedindo-lhes o acesso.

A Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM), após uma semana de consecutivas e baldadas insistências junto dos organismos responsáveis, considera-se no direito de criticar veementemente o silêncio e imobilismo com que este caso tem vindo a ser conduzido, deixando degradar-se a situação ao ponto de se temer pela vida dos quatro estudantes, que, perseguidos pela polícia secreta indonésia, querem tão somente deixar de viver num país que não é o deles, deixar de ser perseguidos, evitar a todo o custo as torturas, o desaparecimento, a morte.

Tomamos pois a liberdade de nos dirigirmos a V. Exa., na qualidade de democrata e persistente lutador contra o anterior regime, conhecedor portanto, dos riscos reais que correm estes jovens.

Apelamos a V. Exa. para que tome pessoalmente em mãos este caso e que os impossíveis sejam feitos para evitar quatro mortes às mãos assassinas da polícia secreta indonésia.

A responsabilidade política de Portugal, enquanto potência administrante do território, neste caso tão descurada, e a solidariedade que vamos cimentando com este povo, permite-nos ter esperança de que ainda algo possa ser feito.

Apresentamos a V. Exa. os nossos melhores cumprimentos, subscrevendo-nos,

Respeitosamente,

Lisboa, 29 de Outubro 1986